



Revista Affectio Societatis  
Departamento de Psicoanálisis  
Universidad de Antioquia  
[revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co](mailto:revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co)  
ISSN (versión electrónica): 0123-8884  
Colombia

Tipo de documento: Artículo de Investigación

2025

Laiza Vitória dos Passos Guerra da Silva & Evandro de Quadros Cherer  
**Condições sociais e epistemológicas da subversão lacaniana de sujeito**

Revista Affectio Societatis, Vol. 22, N.º 43, julio-diciembre de 2025

Art. # 5 (pp. 1-26)

Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia  
Medellín, Colombia

# ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN

---



# CONDIÇÕES SOCIAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA SUBVERSÃO LACANIANA DE SUJEITO

Laiza Vitória dos Passos Guerra da Silva<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Rondonópolis  
neoazial2241@gmail.com

Evandro de Quadros Cherer<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Rondonópolis  
quadroscherer@gmail.com

<https://doi.org/10.17533/udea.affs.v22n43a05>

## Resumo

Este estudo é resultado de uma pesquisa que objetivou investigar as mutações sociais e epistemológicas que condicionaram a subversão da noção de sujeito lacaniana como correlato da ciência e distinto da concepção de indivíduo. Foram investigadas as condições sociais do surgimento do sujeito moderno entendido como indivíduo. A mudança epistemológica ocasionada pelo advento da ciência moderna foi analisada em relação à

divisão entre saber e verdade. É o sujeito dessa divisão com o qual a psicanálise opera, não aquele produto da modernidade entendido como indivíduo. É nesse contexto que a psicanálise se fez possível, na medida em que ela trabalha com a reintrodução de uma experiência subjetiva no âmbito do saber.

**Palavras-chave:** Ciência; Modernidade; Psicanálise; Sujeito.

- 
- 1 Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis. Membro do projeto de pesquisa “O sujeito como efeito significativo no ensino de Jacques Lacan”, Universidade Federal de Rondonópolis, Cidade Universitária. CEP:78736900 - Rondonópolis, MT - Brasil. Telefone: +55 (91) 98425-9908.
  - 2 Psicólogo e psicanalista. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis. Endereço: Universidade Federal de Rondonópolis. Cidade Universitária. CEP:78736900 - Rondonópolis, MT - Brasil. Telefone: +55 (61) 992222007.

## CONDICIONES SOCIALES Y EPISTEMOLÓGICAS DE LA SUBVERSIÓN LACANIANA DEL SUJETO

### Resumen

Este estudio es el resultado de una investigación que tuvo como objetivo investigar las mutaciones sociales y epistemológicas que condicionaron la subversión de la noción lacaniana de sujeto como correlato de la ciencia y distinto de la concepción de individuo. Se investigaron las condiciones sociales del surgimiento del sujeto moderno entendido como individuo. Se analizó el cambio epistemológico ocasionado por el advenimiento de la ciencia moderna en

relación con la división entre saber y verdad. Es el sujeto de esta división con el que opera el psicoanálisis y no con aquel producto de la modernidad entendido como individuo. En este contexto, el psicoanálisis se hizo posible, en la medida en que trabaja con la reintroducción de una experiencia subjetiva en el ámbito del saber.

**Palabras clave:** Ciencia; Modernidad; Psicoanálisis; Sujeto.

## SOCIAL AND EPISTEMOLOGICAL CONDITIONS OF THE LACANIAN SUBVERSION OF THE SUBJECT

### Abstract

This study is the result of research on the social and epistemological mutations that conditioned the subversion of the Lacanian notion of the subject as a correlative of science and different from the conception of the individual. The study investigated the social conditions of the emergence of the modern subject understood as an individual. It also analyzed the epistemological change caused by the advent of modern science in rela-

tion to the split between knowledge and truth. Psychoanalysis operates with the subject of such a split and not with that product of modernity understood as the individual. In this context, psychoanalysis became possible as it works with the reintroduction of subjective experience into the field of knowledge.

**Keywords:** Science; Modernity; Psychoanalysis; Subject.

## CONDITIONS SOCIALES ET ÉPISTÉMOLOGIQUES DE LA SUBVERSION LACANIENNE DU SUJET

### Résumé

Cet article est issu d'une recherche qui avait pour objectif d'étudier les mutations sociales et épistémologiques qui ont conditionné la subversion de la notion lacanienne de sujet en tant que corrélat de la science et différent de la conception de l'individu. Les conditions sociales de l'émergence du sujet moderne compris comme individu ont été étudiées. Le changement épistémologique provoqué par l'avènement de la science moderne a été analysé

en relation avec la division entre savoir et vérité. C'est le sujet de cette division qui est l'objet de la psychanalyse, et non le produit de la modernité compris comme individu. Dans ce contexte, la psychanalyse est devenue possible dans la mesure où elle travaille à la réintroduction d'une expérience subjective dans le domaine du savoir.

**Mots clés :** science ; modernité ; psychanalyse ; sujet.

Recibido: 09/19/2024 • Aceptado: 02/05/2025

## Introdução

O conceito de sujeito é crucial em psicanálise, na medida em que postula a prática (Dutra, 2015), bem como se articula e repercute em outros constructos teóricos desse campo (Dutra, 2021). Tendo em vista que Lacan subverteu esse conceito, contrapondo-se a sua concepção usual (Lacan, 1998/1960; Lacan, 1998/1965; Lacan, 2006/1967), compreende-se a extrema relevância em se deter com a devida atenção a essa reforma de entendimento. Com efeito, a reformulação lacaniana da noção de sujeito distancia esse termo do entendimento comum de homem e agente do pensamento (Dutra, 2021; Eidelsztein, 2020a), compreensão essa tributária da subjetividade moderna, em que a significação de sujeito está relacionada à individualidade, remetendo-se ao indivíduo (Libera, 2013). O sujeito, em psicanálise, não se refere a alguém identificado a si mesmo, consciente de si e agente de suas ações (Salum, 2024). Efetivamente, é de encontro ao entendimento banalizado de sujeito que se torna possível compreender a proposta subversiva de sujeito elaborada por Lacan. Para sua reformulação, ele contemplou a elaboração do cogito cartesiano e a ciência moderna como acontecimentos históricos imprescindíveis para o aparecimento do sujeito com o qual a psicanálise opera (Lacan, 1998/1965).

Foi considerando os efeitos de aglutinação entre os termos sujeito e indivíduo, produção essa da modernidade, que Lacan pôde elencar um momento específico de crítica para tecer seu próprio desenvolvimento da noção de sujeito. Esse apenas pôde ser pensado ao se considerar determinadas mutações sociais decisivas para seu surgimento e, por conseguinte, para o aparecimento da psicanálise enquanto tal. Sendo assim, é a própria fundação desse conceito de sujeito que permite o advir da psicanálise, o que reforça a importância de tal temática ao campo psicanalítico. Há, portanto, uma especificidade muito precisa da proposta de sujeito em psicanálise, tal como formulada por Lacan, a qual se ancora em alterações sociais imprescindíveis, dizendo respeito a um momento preciso do sujeito como indicado por Lacan. Considerando isso, este estudo objetiva investigar as mutações sociais e epistemológicas que condicionaram a subversão da proposta

lacaniana de sujeito como correlato da ciência e distinto da concepção de indivíduo-agente. Com isso, foi realizada uma investigação a fim de lançar luz sobre determinados aspectos sociais e epistemológicos que possibilitaram a reforma da noção de sujeito efetuada por Lacan, considerando as indicativas lacanianas da especificidade teórica de sua conceituação de sujeito. Para tanto, foi feito um percurso a fim de compreender como determinadas condições sociais propiciaram o surgimento da noção de sujeito moderno em associação à concepção de indivíduo. Foi considerando isso que Lacan subverteu o conceito de sujeito, distinguindo-o de indivíduo. Ademais, com o advento da ciência moderna, houve uma radical mudança na relação do humano com o conhecimento, que passou a ser intermediado por uma linguagem matemática, aspectos fundamentais para a proposta lacaniana.

Neste estudo, a Modernidade foi entendida como um conceito formulado a posteriori, isto é, essa denominação é feita para demarcar as mudanças de pensamento relacionadas à política, à cultura, ao pensamento filosófico, entre outros aspectos sociais que passaram a ser entendidos como características da modernidade. Isso porque, no período em que ocorreram essas transformações, elas não foram compreendidas pelos seus partícipes como tal (Falcon, 2000). Parte-se de uma leitura dos acontecimentos que influenciaram a concepção de sujeito moderno entre os séculos XV e XVIII (Zomer, 2017). Dessa forma, tendo em vista a finalidade deste estudo, limitou-se a investigação às consequências relativas ao surgimento de Estados absolutistas, ao movimento cultural renascentista, a sua base de pensamento humanista e à revolução científica.

Trata-se, portanto, de uma investigação do momento específico adotado por Lacan como fio condutor para sua proposta de sujeito. Isso implica em precisar as mutações sociais que condicionam a problemática da crítica lacaniana do conceito de sujeito como distinto do indivíduo-agente e correlato dos efeitos da ciência moderna. Por isso, torna-se importante compreender as condições do surgimento do sujeito moderno, bem como os efeitos decisivos da ciência moderna, na medida em que esses dois aspectos foram elementares para a proposta lacaniana de sujeito da psicanálise.

## O contexto anterior ao surgimento do sujeito moderno

A subversão do conceito de sujeito proposta por Lacan contempla a oposição ao entendimento estabelecido para esse termo que fora produzido pela subjetivação da sociedade moderna (Dutra, 2021). Essa é calcada em uma interioridade reflexiva e centrada no eu (Dutra, 2015; Ferreira, 2006; Libera, 2013). O desenvolvimento dessa interioridade se deu, em partes, pela separação do âmbito público e privado (Ariès, 2009/1986; Ferreira, 2006). Essa concepção nem sempre esteve em vigência, como se pode observar no período Medieval, quando vigorava uma outra percepção desses espaços. Essa perspectiva está relacionada à forma como esse modelo de sociedade funcionava quando não existia uma separação tão delimitada entre essas esferas. As pessoas costumavam passar a maior parte do tempo em sociabilidade no campo, trabalhando ou realizando outras atividades (Trindade, 2002).

Anteriormente à modernidade, as casas eram geralmente construídas com apenas um cômodo multifuncional, na medida em que os moradores realizavam todas as atividades, como descanso, refeições, práticas artesanais, entre outras, no mesmo espaço físico. Além disso, no campo, era muito comum a existência das chamadas “casas longas”. Nessas casas camponesas coabitavam pessoas e animais (Barthélemy et al., 2009/1985; Conde, 2011). Apesar dos animais de campo também compartilharem a mesma morada dos humanos, a compartimentação da casa se estruturava de modo a ter entradas diferentes para cada espécie (Barthélemy et al., 2009/1985). Nesse sentido, não havia a necessidade e nem o anseio de ter um compartimento para cada membro, inexistindo o isolamento entre esses indivíduos, de modo a ser comum que as pessoas, da família ou não, compartilhassem a mesma cama (Elias, 1994a/1939). Objetos, roupas, tudo era compartilhado, na medida em que não se imprimia nenhum estilo individual a essas coisas, ou seja, no sentido de ser uma exteriorização de si mesmo. Esse contexto revela um cenário em que a noção de individualidade ainda não se fazia presente. Tal aspecto não se trata de uma solidão não cultivada devido a uma impossibilidade ou limitação daquele tempo. Ao contrário do que se possa pensar, viver em comunidade não implicava em estar sempre com outras pessoas, tendo em vista que esses espaços comunitários não necessariamente

eram populosos. Havia, inclusive, momentos em que as pessoas ficavam a sós (Ariès, 2009/1986).

No contexto em que não havia compartimentação do espaço da casa, as pessoas também não diferenciavam ações de convívio público e particular. Um exemplo disso seriam as refeições, quando eram comuns hábitos como fazer barulho com a boca ao se alimentar, assoar o nariz quando estivesse à mesa, comer um pouco da comida e, em seguida, devolver ao prato (Elias, 1994a/1939). Além disso, os utensílios das refeições eram todos compartilhados, de modo que várias pessoas comiam e bebiam nas mesmas louças (Flandrin, 2009/1986). Tais costumes podem dar notícias de que não havia uma preocupação em conter certos hábitos na presença de outras pessoas e de restringir algumas práticas à intimidade, ao privado. Eles também revelam que a individualidade, como entendida na modernidade, não existia nesse período (Ariès, 2009/1986; Elias, 1994a/1939; Flandrin, 2009/1986). Nesse contexto, nos espaços comunitários, não era comum as pessoas terem posse de objetos que remetessem a um estilo individual (Ariès, 2009/1986). Seguindo essa mesma lógica, à pessoa não era atribuída uma individualidade, não existia o entendimento de autonomia, não se vivia prioritariamente para si, mas para a manutenção e sobrevivência de sua comunidade. Havia, portanto, exclusivamente uma significação coletiva das pessoas (Barros, 2018; Gélis, 2009/1986). Elas, de forma isolada, não possuíam plena autonomia, pois a sua existência tinha como finalidade a manutenção da sobrevivência de todo um conjunto. Assim, a vida não se restringia à pessoa, mas a toda a sua comunidade. Considerando isso, denota-se também que existia uma dualidade com os corpos humanos nesse período, na medida em que “esse corpo era o seu, mas também era um pouco ‘os outros’, os da grande família dos vivos e dos ancestrais mortos” (Gélis, 2009/1986, p. 306).

É nesse contexto que a reprodução era entendida com o objetivo de dar continuidade e estabelecer uma ligação entre o passado e o futuro da comunidade. Estava em pauta uma concepção de vida circular, de modo que o nascimento e a morte estariam intrincados à natureza. O nascimento de alguém simbolizava a saída da terra, como uma semente germinada, para viver em função do seu povoado e, na

morte, voltava à terra para mais tarde reencarnar (Gélis, 2009/1986). Essa forma de organização social é descentrada do “sujeito”, que adviria apenas na modernidade, sendo sustentada com a ênfase, portanto, no “nós”, de modo a demarcar a presença da coletividade e o domínio público permeando as relações, os comportamentos e as propriedades. Quando a distinção entre coletivo e individual passa a existir, ela inaugura o indivíduo moderno. Trata-se de uma mudança de “nós”, isto é, da coletividade, para a ênfase no “eu”, na individualidade, marcada pelo centramento da pessoa em si mesma (Dutra, 2015; Ferreira, 2006; Libera, 2013).

## Condições sócio-históricas do surgimento do sujeito moderno

Como tem se salientado neste estudo, a produção de subjetividade acompanha determinados aspectos sócio-históricos. Dentre esses o papel do Estado pode ser entendido como fundamental (Dutra, 2015; Ferreira, 2005). O surgimento dos Estados Absolutistas impactou profundamente na dinâmica social da Europa do século XIV. Essa nova organização política surgiu em um contexto em que o feudalismo estava em crise. Fatores como a peste negra e a Guerra dos 100 anos entre a França e a Inglaterra diminuíram drasticamente a população do continente, que já não era muito grande. Em razão desse contexto, os senhores feudais passaram a exigir mais tempo de trabalho e a aumentar os impostos, causando revolta dos camponeses (Corvisier, 1980; Sevcenko, 1986).

Com a nobreza feudal enfraquecida e endividada devido às guerras e outros males, a maneira encontrada para amenizar esse cenário de precariedade foi se desfazer de partes de suas terras e liberar alguns dos seus servos camponeses para vender o excedente das produções agrícolas nas cidades. Com isso, a venda desses excedentes passou a predominar, de forma que as terras agrícolas passaram a ter um valor comercial, pois a agricultura se tornou fundamental nesse contexto de crise. Em decorrência dessa nova dinâmica, surgiu o interesse em privatizar as terras pelos que as cultivavam. Nessa circunstância, a

atividade comercial passa a ter mais destaque, enquanto o sistema econômico medieval - o feudalismo - é transformado, deslocando a centralidade da economia em torno da propriedade dos feudos (terras) para o monetário (Corvisier, 1980; Sevcenko, 1986).

A nobreza feudal perde, gradativamente, a sua força e poder, ao passo que do Estado é fortalecido. Com o poder monetário cada vez maior do que o dos nobres guerreiros, a monarquia, que antes tinha um poder militar difuso, passou a concentrá-lo cada vez mais. Isso ocorreu, em partes, pela relação da monarquia com os burgueses e em razão da exploração dos continentes americano e africano. Assim, o rei poderia investir em seu arsenal de guerra e obter mais soldados. Dessa forma, o suserano não seria tão dependente dos nobres feudais. Esses foram perdendo o domínio das terras, de modo que a coroa se tornou ainda mais forte (Elias, 1994b/1939; Sevcenko, 1986).

No período do medievo, as questões ligadas à segurança, à arrecadação de impostos e à execução das leis não eram bem regulamentadas pelo Estado, pois o rei não tinha recursos suficientes para controlar todo o seu domínio. No intuito de manter a fiscalização de suas terras, o rei mandava um representante para exercer as funções da monarquia em determinado território, porém o pagamento era realizado mediante os recursos produzidos pelo lugar. Nesse contexto, os vassalos do rei tinham muita autonomia em relação à coroa, passando a não responder mais ao rei, dominando completamente a terra e estabelecendo as suas próprias regulamentações (Elias, 1994b/1939). Nessas circunstâncias, os próprios moradores faziam a proteção das terras, exercendo funções judiciais e policiais. Isso configurou uma união maior das pessoas e da coletivização dos seus bens, mantendo os limites do público e privado ainda mais turvos e a individualidade afastada (Ariès, 2009/1986).

Quando a Coroa passa a ter o monopólio da força e a controlar todo o seu território, exercendo sua autoridade e garantindo a fiscalização de suas terras, bem como a sua proteção, abre-se espaço para a maior individualização das propriedades, tendo em vista não haver mais a mesma necessidade de coletivização. Nessa circunstância, foi possível um maior desenvolvimento do comércio, pois cada Estado

passou a adotar uma moeda única. Além disso, houve a unificação das leis e, com a unificação dos territórios, a diminuição de impostos aduaneiros. Tal mudança ia ao encontro dos interesses da burguesia emergente, já que essa camada da população era a maior responsável pelo fomento do comércio, de forma a apoiar a centralização do poder no Estado (Ariès, 2009/1986; Elias, 1994b/1939; Sevcenko, 1986).

Outro cenário que se tornou possível, em razão da centralização do poder estatal, foi o surgimento da sociedade de corte. O seu aparecimento está ligado à produção da subjetividade, que foi possível, em partes, pela transformação dos nobres guerreiros feudais em cortesãos. Esse processo foi acentuado pela mudança na forma como esses nobres agiam. Enquanto guerreiros, comportavam-se de maneira a serem guiados por suas paixões, fazendo o que lhes convinha, recorrendo à força para alcançar o que almejavam. Ações que não se sustentaram quando a coroa se fortaleceu (Ariès, 2009/1986; Castan et al., 2009/1986; Elias, 1994b/1939b; Ferreira, 2006). A partir disso, para serem favorecidos pelo rei, foi necessário proceder de maneira distinta, controlando esses impulsos e seguindo uma série de restrições. Dessa forma, ao público era relegada a construção de imagem, etiqueta e controle das emoções e, ao privado, os pensamentos, a expressão do que não poderia ser realizado em público (Elias, 1994b/1939), de forma que:

Tais mudanças, que criam um novo habitus, primeiro restrito ao homem da corte e depois difundido por toda a sociedade, determinam a esfera do privado. Com efeito, dividem nitidamente dois conjuntos de condutas: as que se pode ter em público sem constrangimento nem escândalo e as que doravante devem ser subtraídas ao olhar dos outros (Castan et al., 2009/1986, p. 29).

Nesse quadro, sob a vigilância de um Estado forte que requeria obediência e devoção total de seus súditos, sob pena de punições severas, é imperativo manter-se fiel para sobreviver. Esse contexto fomentou a necessidade de um campo para ser livre de tal opressão e exercer, ao menos parcialmente, a liberdade. Assim, a privacidade responde a esse anseio de refúgio num contexto de patrulhamento constante, de forma que “no campo da privacidade - o dos negócios

particulares, o das relações e atividades domésticas e familiares, em especial, o das convicções éticas e religiosas - há uma garantia de liberdade sob um regime de tolerância moderada e vigiada” (Figueiredo, 2007, p. 107). Com essa nova dinâmica, o fórum íntimo foi cada vez mais valorizado e almejado. Houve a construção de espaços para exercer a solitude e a intimidade. Lugares como jardins privados, cafés, organizações secretas e a criação de novos cômodos especializados - cada espaço cumprindo uma função - nas casas da elite, são exemplos que mostram esse novo momento na sociedade ocidental (Ariès, 2009/1986; Elias, 1994b/1939; Figueiredo, 2007).

Essas mudanças caracterizam as transformações que desembocaram no que foi denominado como Modernidade na Europa (séculos XV-XVIII) (Falcon, 2000). Esse período foi inaugurado pela consolidação dos Estados europeus. O movimento cultural que responde a esse contexto de mudança, na Europa, foi o Renascimento. Ele surgiu no final do período Medieval, no século XIV, e se estendeu até o século XVI, tendo como epicentro e origem a Itália, mas logo se espalhou por todo o continente europeu (Zomer, 2017). Esse movimento responde às novas formas de ser e pensar o homem europeu, de produzir arte e conhecimento (Heller, 1982). O Renascimento foi marcado pela valorização e revisitação da antiguidade clássica nas áreas da arte, da filosofia, da medicina, da história e do direito, assim como pela crítica aos dogmas da igreja e aos valores feudais (Reclus, 1999; Zomer, 2017). A liberdade individual passou a ser defendida, bem como o indivíduo, que passou a estar mais em evidência, a ser objeto de conhecimento e agente da produção de saberes. O homem moderno e o seu protagonismo é o que marca a Modernidade (Dutra, 2015) e assinala a mudança do indivíduo da comunidade, sob os desígnios de Deus, para o homem e a comunidade, segundo os seus próprios desejos (Heller, 1982). Portanto, a história do Renascimento ilustra o processo de construção cultural do homem moderno (Sevcenko, 1986).

Os intelectuais desse tempo, que criticavam a ordem feudal e trabalhavam para um conhecimento desvinculado da Igreja, ficaram conhecidos como humanistas, assim denominados posteriormente, no século XIX (Zomer, 2017). Os seus estudos eram centrados nos au-

tores da antiguidade clássica, pois tinham a finalidade de subverter a tradição medieval a partir do retorno à filosofia clássica sob uma leitura centrada em novos ideais de humanidade que estavam sendo formulados nesse período (Corvisier, 1980; Sevcenko, 1986). Diante desse contexto, é importante demarcar que esse processo cultural não aconteceu de forma homogênea no continente europeu, não implicando a participação e conhecimento de todos. Vale ressaltar que foi apenas posteriormente que esse período foi entendido como “apropriações, debates, intercâmbios que, ao longo do tempo, formaram o que chamamos hoje de *humanismo*” (Zomer, 2017, p. 37). Posto isso, de maneira geral:

Os teólogos, portanto, tinham toda a preocupação voltada para as almas e para Deus, ou seja, para o mundo transcendente, o mundo dos fenômenos espirituais e imateriais. Os humanistas, por sua vez, voltavam-se para o aqui e o agora, para o mundo concreto dos seres humanos em luta entre si e com a natureza, a fim de terem um controle maior sobre o próprio destino (p. 15).

O trecho acima assinala algumas das diferenças entre o pensamento dos humanistas e dos que pensavam segundo os dogmas da Igreja. Na medida em que aqueles concebiam o mundo desvinculado de determinismos divinos e passaram a pensar o ser humano em um lugar de agência, esses últimos defendiam o papel central de Deus na vida humana (Heller, 1982). Devido a essa e outras posturas contrárias aos valores da Igreja Católica, os humanistas foram perseguidos e, muitos, mortos. Nomes como Nicolau Maquiavel, Galileu Galilei, Erasmo de Rotterdã e Michelangelo foram exilados ou queimados, seja por ordem da coroa ou da Igreja (Sevcenko, 1986).

Como apresentado, os novos ideais que marcaram esse movimento cultural culminaram na concepção de indivíduo prevalente na subjetividade moderna (Sevcenko, 1986; Zomer, 2017). É ao considerar isso que é possível entender como a noção de sujeito, a partir da modernidade, passa a ser confundida e, até mesmo, aglutinada pela a concepção de indivíduo. Encontra-se em questão, portanto, uma noção de sujeito que pode ser chamada de moderna, que está relacionada à pessoa enquanto indivíduo, constituída e reforçada pelo

fomento à individualidade (Dutra, 2015). Esse processo, como tem se mostrado, foi proveniente de um contexto de muitas transformações, refletidas em fatores cotidianos, assim como em mudanças políticas (Ariès, 2009/1986; Libera, 2013). Essa nova forma de pensar não se consolidou sem resistências. De todo modo, o sujeito moderno prevaleceu, tendo em vista que as bases desse novo modo de concepção do ser humano foi sendo gradativamente estruturado e consolidado na sociedade europeia (Corvisier, 1980; Sevcenko, 1986).

## Mudanças Epistemológicas advindas da Ciência Moderna

Apesar das novas concepções de mundo circulando no Ocidente, o Renascimento também foi um movimento de valorização e naturalização de crenças míticas. Marcado pela viabilidade de múltiplas possibilidades, o sobrenatural era fonte de explicação dos acontecimentos. Isso foi devido ao declínio da ontologia medieval e da aristotélica, essa última em razão dos próprios pensadores renascentistas, que a recuperaram e a destruíram, de modo que não havia nada para impor limites às crenças. Dado esse cenário, “a Renascença se viu entregue, ou conduzida, a uma ontologia mágica cuja inspiração é encontrada em toda parte” (Koyré, 1982, p. 58). É nesse contexto que a revolução científica do século XVII se opôs às concepções propagadas por alguns pensadores do renascimento. Juntamente a isso, foi de suma importância para o seu estabelecimento a destruição da compreensão aristotélica de mundo que já estava em curso (Koyré, 1982). Na perspectiva aristotélica, o mundo seria um cosmos, isto é, concebido como finito e bem ordenado, tendendo naturalmente ao equilíbrio. Em contraposição, a ciência moderna estabeleceu a noção de universo no lugar de cosmos, ao trazer o entendimento de infinitude e destituir a ideia de perfeição e ordem do mundo (Bonoris, 2019; Koyré, 1979).

Ao contrariar essas concepções, a ciência moderna se apresentou de modo disruptivo ao que era determinado como verdade sobre o mundo, na medida em que estabeleceu um rigor metodológico (Koyré, 1982). Neste processo, a dúvida desponta como uma constante, enquanto a dimensão da verdade é afastada. Essa revolução

inaugurou uma nova forma de trabalhar com o saber, caracterizada pela recusa da verdade absoluta, na medida em que essa não é admitida no método científico. Isso provocou “a renúncia do vínculo indelével da coisa com a sua verdade” (Bonoris, 2019, p. 18). A ruptura causada pela revolução científica resultou na perda de um mundo permeado por sentidos e valores religiosos e/ou mágicos, em que o funcionamento seguia uma lógica determinada pela perfeição e equilíbrio. Nesse funcionamento anterior à ciência, a humanidade estaria no centro, pois seria a causa última da criação de Deus. Então, a vida humana seria permeada por razões e explicações que iriam ao encontro de suas inquietações subjetivas.

A ciência moderna causou uma ruptura entre saber e verdade, de maneira que essa última deixa de ser uma categoria no campo científico. Portanto, não há relevância, para a produção de saber científico, “a verdade” do indivíduo, tampouco suas crenças, valores e significados particulares. Com isso, as coisas foram destituídas de todo o valor que outrora carregavam: “O homem perdeu (...) o próprio mundo em que vivia e sobre o que pensava, vivendo obrigado a transformar e substituir não somente seus conceitos e atributos fundamentais, como também a própria estrutura de seu pensamento” (Koyré, 1979, p. 6). Nesse sentido, para além de considerar o processo de subjetivação da modernidade, que culminou no entendimento de sujeito enquanto indivíduo, faz-se necessário, igualmente, ter em vista a mutação decisiva do advento da ciência moderna, tal como indicado por Lacan (1998b/1965).

Para as elaborações tecidas neste estudo a respeito da concepção de ciência moderna, adotou-se determinados entendimentos apresentados pelo epistemólogo franco-russo Alexandre Koyré, uma vez que esses foram cruciais para a subversão do conceito de sujeito efetuada por Lacan (1965/1998b, p. 870): “Koyré é o nosso guia aqui”. Nessa concepção, a ciência é definida pelo processo de matematismo do saber. Dessa forma, a física-matemática de Galileu Galilei e o cogito formulado por René Descartes foram marcos importantes na história da ciência (Koyré, 1982; Lacan, 1998b/1965; Lima & Ferreira, 2015). É por tal motivo que, neste estudo, utiliza-se o fio condutor seguido por Lacan, a partir de Koyré, a propósito da ciência moderna, em particular dessa como sendo uma manobra específica sobre o saber.

A revolução científica foi possível devido à existência de uma nova filosofia. Essa foi elaborada por René Descartes, ao formular uma epistemologia que embasou um método de acesso ao saber por intermédio do intelecto humano, ou seja, o cogito (Vorsatz, 2015). Esse método estaria relacionado à classificação dos objetos de estudo baseada em noções matemáticas a priori, isto é, anterior à experiência. Nesse sentido, o cogito coloca o saber em uma dimensão intelectual, de forma que ele seja alcançado por meio do pensamento lógico-matemático, ao invés de ser acessado pelas percepções (Bonoris, 2019; Koyré, 1982; Lacan, 1998b/1965). Essas formulações foram significativas, pois a ciência moderna se fundamenta nessa epistemologia para abarcar os objetos de estudo que ela funda através da linguagem matemática e, com isso, cria e propõe explicações sobre o mundo (Koyré, 1982; Gault, 2015). Em síntese, a ciência moderna utiliza da lógica matemática, que se apoia na abstração, para acessar o seu objeto de estudo, o qual é formulado por ela mesma, não por meio da experiência dos sentidos perceptivos.

Nesse contexto, ao operar com o saber em uma dimensão lógico-matemática, a ciência moderna provocou uma radical mudança no vínculo indelével entre saber e verdade. O que, por conseguinte, alterou a relação desses aspectos com o próprio humano enquanto tal. Isso se deu pelo rompimento com o conhecimento advindo da relação direta, tida como natural, entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido (Bonoris, 2011; Eidelsztein, 2008; Lacan, 1998b/1965). Nesse processo de conhecer, descartado pela ciência moderna, ocorreria uma transformação da pessoa e do objeto. Nesse sentido, a aquisição de saber se daria como percurso que proporcionaria mudanças concernentes ao indivíduo. Para isso, seria necessário e indispensável implicar-se subjetivamente, isto é, explorar a própria subjetividade para ter acesso à verdade (Bonoris, 2019; Goldenberg, 2023). Por exemplo, por volta do século XII, para ter acesso ao saber, que se tratava de um saber divino, era necessária a introspecção que, com efeito, ocasionaria uma transformação pessoal (Barthélemy et al., 1985/2009). Desse modo, observa-se como condição de acesso ao saber o envolvimento do que é particular à pessoa. Portanto, no processo de conhecer e alcançar determinado saber, estava em pauta a vivência individual. Isso vem da configuração do conhecimento como uma ligação sem

intermediações entre o conhecedor e o conhecido. Nessa lógica, anterior à científica, haveria uma espécie de transformação e certeza naquilo que se conhece, estabelecendo uma correlação com a verdade (Eidelsztein, 2008).

Por outro lado, com o advento da ciência moderna, não é mais crucial passar por um percurso que implique de maneira passional o indivíduo para se obter conhecimento (Lacan, 1998b/1965). Nesse cenário, a pessoa não é convocada subjetivamente em relação ao saber. Vivências pessoais, experiência do conhecimento e a produção de sentidos perderam o seu caráter de fidedignidade (Lima & Ferreira, 2015). Isso porque, segundo a ciência moderna, planteada pelo cogito, os sentidos não são seguros ou confiáveis. Eles estão propensos a ilusões porque a realidade e as percepções sobre ela estão sujeitas a múltiplas determinações que influenciam no modo como o acontecimento é percebido. Foi na direção dessas elucubrações que a ciência moderna desenvolveu uma linguagem que lhe é própria, descartando a dimensão da verdade absoluta e particular. Essa linguagem corresponde à álgebra, formulada pela ciência e, portanto, dever-se-ia empreender o saber exclusivamente no âmbito da lógica matemática. Nesse caso, não está em questão uma verdade singular do indivíduo e que lhe seja própria. Assim, ao utilizar de encadeamentos lógicos, não estaria em pauta os sentidos e questões individuais, evitando-se, portanto, equívocos (Bonoris, 2019; Koyré, 1892). Desse modo,

em oposição à experiência comum, à experiência que não passa de observação —, que o experimentum é preparado, que o experimentum é uma pergunta feita à natureza, uma pergunta feita numa linguagem muito especial, na linguagem geométrica e matemática. (...) sabe que é preciso saber formular a pergunta e, além disso, saber decifrar e compreender a resposta, ou seja, aplicar ao experimentum as leis estritas da medida e da interpretação matemática (Koyré, 1982, p. 54).

O saber científico corresponde a essa linguagem especial criada por ele, utilizada para interpelar, observar e interpretar o objeto de estudo formulado. De tal maneira, o contato direto do indivíduo com o objeto está impossibilitado, na medida em que há necessidade de

hipóteses ou de teorias que fundamentem as suas ações em relação ao que é estudado (Goldenberg, 2023; Koyré, 1982). Nesse contexto, a ciência moderna foi fundada pelo modelo de disciplina da física, nascida nas obras de Galileu Galilei. O autor em questão foi responsável pela matematização da física, bem como pela derrubada da teoria aristotélica sobre o movimento dos corpos (Biazin & Kessler, 2017; Koyré, 1982). Em resumo, essa teoria inferia que o movimento resultaria de um processo de mudança em relação aos outros corpos e a si. Além disso, esse movimento ocorreria no espaço concreto, na realidade em que se encontra, não sendo admitido fora do mesmo. Assim, a forma como se desloca seria determinada pelo espaço que faz parte, sendo esse o seu movimento natural. Exemplificando, os corpos leves naturalmente sobem e os pesados descem. O contrário só ocorreria mediante uma intenção, um esforço de um terceiro que mudaria o seu equilíbrio (Bertazi, 2019; Koyré, 1982). Observa-se, a partir dessas formulações, que a teoria aristotélica é conjecturada a partir do mundo sensível (Goldenberg, 2023). A física, para essa corrente, só poderia ser pensada em termos da experiência e da percepção. Além disso, percebe-se que as explicações são permeadas por significados. O funcionamento das coisas teria um sentido enquanto tal e, com isso, nada seria sem propósito (Koyré, 1982).

Foi no contexto em que a física aristotélica estava consolidada no meio dos estudiosos e difundida no senso comum que Galileu questionou essa teoria. Por meio de suas inúmeras argumentações e exemplificações, conduziu os seus contemporâneos a pensarem em uma concepção não usual da física para aquela época (Koyré, 1982). Galileu Galilei elaborou o início do que viria a ser considerado a física moderna ao refutar a concepção aristotélica sobre o movimento dos corpos. Para tanto, realizou essa reformulação a partir de argumentações lógico-matemáticas. Ao contrário do que era tradição na física da época, que se fundava na experiência cotidiana, ele convocou a física para o pensamento abstrato: “a boa física é feita a priori. A teoria precede o fato. A experiência é inútil porque, antes de toda experiência, já possuímos o conhecimento que buscamos” (Koyré, 1982, p. 193).

Nesse contexto, Galileu desenvolveu sua teorização com base na geometria, de maneira que o movimento dos corpos só poderia ser

pensado em um espaço geométrico com objetos ideais, isto é, não encontrados na realidade do mundo empírico. Além disso, o movimento dos corpos não teria uma causa ou decorreria de um desequilíbrio. Ele não adviria de uma relação óbvia com o ambiente natural que o objeto se encontraria. Quer dizer, o objeto em questão não estaria na realidade por essa ser a razão do seu estado. Desse modo, a partir da abstração geométrica, o movimento estaria situado em uma espécie de realidade diferente. Esse mundo geométrico estaria determinado pelas leis da matemática, ou seja, “o movimento estaria subordinado aos números” (Koyré, 1982, p. 194). Com esse outro ordenamento do saber, não são admitidos significados, posto que a linguagem matemática nada tem a dizer (Goldenberg, 2023; Koyré, 1982). O movimento dos corpos não decorre de uma causa, nem em função de uma natureza ou de um desequilíbrio. Isso implica que a dimensão dos significados é destituída do saber. Esse passou a ser compreendido como a linguagem matemática, concebido no vácuo e ordenado de acordo com leis específicas (Koyré, 1982).

Essa condição só pode ser realizada dentro de uma lógica de pensamento abstrato. Dito de outro modo, não é possível observá-la na experiência cotidiana. A lei da inércia, formulada por Newton, baseada na mecânica de Galileu, demonstra como o saber científico é compreendido fora da realidade empírica. Ela postula que um corpo permanecerá para sempre em repouso, a menos que seja posto em movimento. E um corpo em movimento continuará em movimento retilíneo e uniforme enquanto não houver nenhuma força exterior que o mude. Dadas essas proposições, não é possível observar a lei da inércia, tal como formulada, na experiência cotidiana, na medida em que seria necessária uma superfície sem atrito, um espaço vazio e um corpo perfeitamente redondo. Com efeito, essa lei foi desenvolvida fora da realidade da experiência e percepções, não sendo pertinente as condições para a sua viabilidade na realidade empírica. Sendo assim, no mundo da ciência moderna, o que importa são os conceitos lógicos a partir dos quais são formuladas as teorizações (Bonoris, 2019; Koyré, 1982). Mediante a lógica desse funcionamento, nota-se que a ciência moderna cria uma linguagem que lhe é específica e, por conseguinte, o seu próprio objeto de investigação (Darriba, 2019), tal como observado na primeira lei de Newton, em que a inércia só pode

ser estudada mediante a abstração (Bonoris, 2019; Eidelsztein, 2008; Koyré, 1982).

Nesse contexto, a abstração é crucial para o experimento científico em detrimento da observação da realidade material. A ciência cria conceitos que não existem por si sós na realidade. A álgebra é o mundo ideal das coisas sensíveis, tal qual apresentado por Platão, em que a matemática tem valor de real e determinante no mundo sensível (Koyré, 1982). Com efeito, ocorre uma divisão entre o real, mundo ideal em que a linguagem matemática impera, e a realidade, mundo sensível e imperfeito. Deste modo, o real não acontece na realidade, isto é, “o real é abstrato, ideal, unicamente possível de ser pensado e escrito em termos lógicos matemáticos” (Bonoris, 2019, p. 35). Portanto, o real está desprovido de sentido, valoração e verdade. Assim, a linguagem matemática, enquanto formalização, não significa nada, posto que “a ciência matematizada opera com uma linguagem sem sujeito ou intenção, maligna ou benigna” (Goldenberg, 2023, p. 136).

Desse estado de coisas, considera-se que, ao criar uma linguagem destituída de significações, que somente pode ser alcançada pela abstração e matematismo, produziu-se um deslocamento do saber em relação à realidade das experiências. Como consequência, ocorreu uma radical mudança do ser humano em relação ao saber, que outrora estava estreitamente ligado afetivamente a essa dimensão. Assim, o saber é concebido somente no real, entendido esse como um espaço ideal e abstrato formulado logicamente. A partir dessas elaborações, é possível compreender que a manobra realizada pela ciência moderna no campo do saber implica em uma recusa da dimensão da verdade (Carre, 2024; Eidelsztein, 2008). Essa operação descarta toda experiência subjetiva como meio de aquisição de saber. A dimensão da verdade é perdida, cedendo lugar à exatidão e à desconfiança, uma vez que a ciência moderna extingue a função da verdade particular e subjetiva de suas argumentações. Esse movimento destruiu um modo tradicional de se produzir conhecimento baseado na atribuição de qualidades e no senso comum (Bonoris, 2019; Goldenberg, 2023; Koyré, 1982).

É no rastro dessa divisão entre saber e verdade, inaugurada pela ciência moderna, que Lacan (1998/1965) situou sua proposta de su-

jeito. Esse não se confunde com o sujeito moderno, mas é subvertido na medida em que não concerne ao indivíduo-agente produto do individualismo tributário da modernidade. O estatuto do sujeito lacaniano é correlato da ciência moderna, pois se essa rechaça a verdade, a psicanálise, por sua vez, a reinsere em toda sua potência. É nesse sentido que, seguindo Lacan (1998/1965), pode-se compreender que é impensável haver psicanálise antes do advento da ciência moderna, na medida em que essas mutações sociais e epistemológicas são decisivas para que a psicanálise possa reintroduzir a questão da verdade, levando-a até as últimas consequências no tratamento psicanalítico.

## Considerações finais

A proposta lacaniana de sujeito não abarca todas as variações conceituais para esse termo. Ao contrário, foi adotada uma especificidade muito precisa como indicado por ele: “tomei como fio condutor (...) um certo momento do sujeito que considero ser um correlato essencial da ciência” (Lacan, 1998/1965, p. 870). Considerando isso, este estudo objetivou investigar as mutações sociais e epistemológicas que condicionaram a subversão da proposta lacaniana de sujeito como correlato da ciência e distinto da concepção de indivíduo-agente. No intuito de elucidar as condições empregadas por Lacan para sua proposta de sujeito, este estudo revisitou aspectos sócio-históricos e epistemológicos que foram creditados como fundamentais. Desse modo, parte-se do entendimento de que a proposta lacaniana de sujeito, assim como de psicanálise, não pode ser considerada a-histórica. Portanto, para a subversão da noção de sujeito lacaniana foram necessárias determinadas condições sociais e epistemológicas: 1) a noção de sujeito como indivíduo-agente tributária da subjetividade moderna; 2) a divisão entre saber e verdade ocasionada pela ciência moderna.

Para subverter o conceito de sujeito, Lacan contestou o entendimento de sujeito enquanto um indivíduo-agente, aspecto evidenciado neste estudo como uma construção sócio-histórica efeito da modernidade. Com isso, destaca-se que o entendimento do que é um sujeito não é algo natural, mas dependerá de coordenadas sociais, históricas

e epistemológicas. A noção de sujeito moderno foi construída ao longo da história ocidental, de maneira a não ser uma concepção que sempre esteve em voga. Isso se observa no período medieval, em que o modo de organização das pessoas era centrado na coletividade, o que refletiu em hábitos e práticas cotidianas compartilhadas; enquanto na modernidade, o sujeito moderno é concebido como uma pessoa, um ser autônomo em relação aos demais. Nesse contexto, entende-se que, para a mudança que ocorreu, o surgimento do Estado moderno teve um papel crucial. Com o seu fortalecimento, a vida pública foi mais efetivamente regulada, de forma que isso incentivou a busca por espaços privados e a valorização da intimidade como forma de escapar do controle estatal. Por conseguinte, tem-se o Renascimento, movimento cultural que vai ao encontro dessa subjetividade que se construía. Nesse contexto, destacam-se os humanistas, que se contrapuseram à concepção medieval e defenderam uma nova forma de se pensar o humano e de produzir conhecimento. Diante dessas circunstâncias, engendrou-se o indivíduo moderno, caracterizado pela identificação com o si mesmo e pelo protagonismo de suas ações. Foi descentrando desse entendimento hodierno de sujeito que Lacan realizou sua proposta. Apesar disso, é muito corriqueiro que o termo sujeito, no ensino de Lacan, seja confundido com o entendimento de indivíduo-agente pelos leitores, visto que é assim que tradicionalmente nossa cultura tende a considerar tal termo.

Além disso, a fim de lançar luz à proposta de que o sujeito da psicanálise é correlato da ciência, fez-se necessário considerar a particularidade dessa relação. Como condição epistemológica para o sujeito da psicanálise, foi necessário o advento científico que produziu a divisão entre saber e verdade. Essa revolução do pensamento científico foi possível epistemologicamente devido à filosofia do cogito cartesiano e a física galileana. Com uma mudança radical no modo de conceber o saber, a experiência cotidiana que envolvia o indivíduo e teria implicações subjetivas foi descartada pela ciência. A manobra científica sobre o saber desconsidera qualquer noção do senso comum, bem como as verdades particulares e absolutas. Portanto, antes da ciência provocar tal ruptura, não há o sujeito psicanalítico no sentido lacaniano. A psicanálise só pôde surgir mediante o advento da ciência moderna na medida em que essa última produziu uma

divisão entre saber e verdade. Isso se considera tendo em vista que o método psicanalítico surge a fim de resgatar a dimensão da verdade no âmbito do saber e, para isso, trabalha com uma posição radical do sujeito: o que é correlato da ciência. Diante disso, “é impensável, por exemplo, que a psicanálise como prática, que o inconsciente, o de Freud, como descoberta, houvessem tido lugar antes do nascimento da ciência” (Lacan, 1998/1965, p. 870).

A proposta lacaniana é de que, em psicanálise, a dimensão da verdade é reintroduzida e posta enquanto causa do sofrimento neurótico. Assim, para reintroduzir essa dimensão, foi preciso, primeiramente, que ela fosse rechaçada pela revolução científica. Nesse sentido, com a ciência moderna, a experiência, enquanto singular, é tida com desconfiança, tendo sido retirada do humano a capacidade de se alcançar a verdade. Passou-se a estar em questão, no saber científico, uma linguagem matemática onde os sentidos são esvaziados, pois os números nada comunicam, isto é, não se relacionam com o sujeito. Dados esses aspectos, não há como subjetivar a vivência cotidiana, ela não pode ser experimentada como uma verdade, uma vez que ela perdeu esse valor.

A ciência moderna prescindiu da categoria de verdade a propósito de suas elaborações de saber. Os sentidos particulares e a verdade pessoal são rechaçados pelo método científico. Enquanto a ciência moderna provoca uma divisão entre saber e verdade, a psicanálise busca restituir a verdade ao campo do saber. É ao considerar isso que se reforça o entendimento de que a psicanálise apenas foi possível a partir da modernidade, isto é, da ruptura entre saber e verdade. Nesse escopo, a psicanálise visa reintroduzir a verdade à dimensão do saber. Isso implica em tomar o padecimento enquanto uma interrogação acerca do qual se supõe existir um saber. Desse modo, a psicanálise se orienta considerando a verdade enquanto causa do padecimento. Os efeitos de significação operantes em cada caso são aspectos cruciais para a intervenção e a interpretação psicanalítica. A dimensão do Outro, enquanto tesouro do significante e lugar do saber, está no cerne da psicanálise. Com efeito, é isso que caracteriza radicalmente a psicanálise, ter a verdade como causa: “a verdade do sofrimento neurótico é ter a verdade como causa” (Lacan, 1998/1965, p. 885).

Foi este contexto de mutações sociais e epistemológicas decisivas que Lacan elencou para elaborar sua proposta de sujeito em psicanálise. Desse modo, Lacan advertiu ser necessário um recorte específico para compreender sua teorização. Essa delimitação, referente ao status do sujeito com o qual a psicanálise opera, se faz importante para que o psicanalista entenda o que fundamenta a sua prática.

Considerando isso, a proposta da psicanálise é resgatar a dimensão da verdade no âmbito do saber. Ao situar o campo psicanalítico, Lacan subverte a noção de sujeito, dado que ele usualmente é concebido como um indivíduo. Nesse sentido, a posição da psicanálise é radical quanto a isso, tendo em vista que ela assinala o sujeito em uma divisão constitutiva. Portanto, é o “sujeito como divisão entre o saber e a verdade” (Lacan, 1998/1965, p. 870) com o qual a psicanálise opera, não aquele produto da modernidade entendido como indivíduo-agente. Por fim, ressalta-se que este estudo se dedicou a investigar o contexto social e epistemológico que circunscreveu a proposta lacaniana de sujeito, ao passo que excede o objetivo deste artigo abarcar toda a complexidade existente na teorização lacaniana a propósito do sujeito.

## Referências

- Ariès, P. (2009/1986). Por uma história da vida privada. In R. Chartier (Org.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (vol. 3, pp. 9-25). Companhia das Letras.
- Barros, J. (2018). Nascimento e descentramento do sujeito moderno. *Saberes*, 19(2), 107-121. <https://doi.org/10.21680/1984-3879.2018v18n2ID13445>
- Barthélemy, D., Contamine, P., Duby, G. & Braunstein, P. (2009/1985). Os arranjos do espaço privado. In G. Duby (Org.), *História da vida privada: da europa feudal à renascença* (vol. 2, pp. 411-552). Companhia das Letras.
- Bertazi, M. H. (2019). Da relatividade de movimentos ao universo pleno: as concepções de inércia em Galileu e Descartes. *Temporalidades*, 30(11), 501-519. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/12261>
- Biazin, R. R. & Kessler, C. H. (2017). Psicanálise e ciência: a equação dos sujeitos. *Psicologia USP*, 28(3), 414-423. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160184>

- Bonoris, B. (2019). *El nacimiento del sujeto del inconsciente*. Letra Viva.
- Carrere, P. (2024). La reintroducción de la verdad en el campo del saber. Una epistemología para el psicoanálisis. *El Rey Está Desnudo*, 17(21), 11-22. <https://elreyestadesnudo.com.ar/wp-content/uploads/2024/06/El-Rey-esta-desnudo-No-21.pdf#h.264wloprsc>
- Castan, Y., Lebrun, F. & Chartier, R. (2009/1986). Figuras da modernidade. In R. Chartier (Org.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (vol. 3, pp. 263-304). Companhia das Letras.
- Conde, M. (2011). A casa. In B. V. Sousa (Org.), *História da vida privada em Portugal: A idade média* (vol. 1, pp. 54-77). Temas e Debates.
- Corvisier, A. (1980). *História Moderna*. Difel.
- Darriba, V. A. (2019). Perspectivas da relação entre psicanálise e ciência em Lacan. *Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro*, 51(1), 11-37. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382019000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000100002)
- Dias, L. (2022). *Lógica do significante, lógica da ciência: considerações sobre o sujeito na obra de Jacques Lacan* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense]. RJ. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25664/2022\\_d\\_Luisa-Sader.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25664/2022_d_Luisa-Sader.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Dutra, F. G. (2015). Sujeito e responsabilidade. *El Rey Está Desnudo*, 8(8), 27-53. <https://elreyestadesnudo.com.ar/wp-content/uploads/2015/09/Sujeito-e-responsabilidade.pdf>
- Dutra, F. (2021). Uma nota sobre o sujeito. In F. Dutra, K. A. Colares, M. Mezza (Orgs.), *Lacan: a revolução negada* (pp. 17-18). CRV.
- Eidelsztein, A. (2008). *Las estructuras clínicas a partir de Lacan* (vol. 1). Letra Viva.
- Eidelsztein, A. (2020a). *A origem do sujeito em psicanálise*. Toro Editora.
- Eidelsztein, A. (2020b). A “responsabilidade subjetiva” em psicanálise. *Fractal: Revista de Psicologia, Buenos Aires*, 33(1), 41-46. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/36050>
- Elias, N. (1994a/1939). *O processo civilizador: uma história dos costumes* (vol. 1). Jorge Zahar.
- Elias, N. (1994b/1939). *O processo civilizador: formação do Estado e civilização* (vol. 2). Jorge Zahar.
- Falcon, F. J. C. (2000). Moderno e modernidade. In A. E. M. Rodrigues & F. J. C. Falcon (Orgs.), *Tempos modernos: ensaios de história cultural* (pp. 223-238). Civilização Brasileira.
- Ferreira, A. L. (2006). O múltiplo surgimento da Psicologia. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp.13-46). Nau.

- Figueiredo, L. C. (2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. Escuta.
- Flandrin, J. L. (2009/1986). A distinção pelo gosto. In R. Chartier (Org.), *História da vida privada: da renascença ao século das luzes* (vol. 3, pp. 263-304). Companhia das Letras.
- Gault, J. L. (2015). O nascimento de uma ciência moderna: Uma leitura de "A ciência e a verdade". *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 67(2), 156-161. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672015000200012#:~:text=A%20ci%C3%A2ncia%20moderna%20n%C3%A3o%20resulta,la%20por%20modelos%20ideo%2Dmatem%C3%A1ticos](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200012#:~:text=A%20ci%C3%A2ncia%20moderna%20n%C3%A3o%20resulta,la%20por%20modelos%20ideo%2Dmatem%C3%A1ticos).
- Gélis, J. (2009/1986). A individualização da criança. In R. Chartier (Org.), *História da vida privada: da renascença ao século das luzes* (vol. 3, pp. 263-304). Companhia das Letras.
- Goldenberg, R. (2023). *Inconscientes*. Sinthoma.
- Guimarães, E. F. (2010). A construção histórico-sociológica dos direitos humanos. *Org & Demo*, 11(2), 95-112. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2010.v11n2.494>
- Heller, A. (1982). Terá havido um ideal renascentista do homem? In A. Heller, *O homem do renascimento* (pp. 9-27). Editorial Presença.
- Koyré, A. (1982). *Estudos de história do pensamento científico*. Ed. Universidade de Brasília.
- Koyré, A. (1979). *Del mundo cerrado al universo infinito*. Siglo Veintiuno Editores.
- Lacan, J. (1998/1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 807-842). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998/1965). A ciência e a verdade. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 869-892). Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2006/1967). *Meu ensino*. Jorge Zahar.
- Libera, A. (2013). *Arqueologia do sujeito*. Editora Fap-Unifesp.
- Lima, C. H. & Ferreira, M. R. (2015). Lacan com Koyré: teoria do sujeito e suas incidências clínicas. *Arquivos Brasileiro de Psicologia* 67(1), 37-50. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672015000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100004)
- Reclus, E. (1999). O Renascimento. In *El hombre y la tierra* (vol. 4, pp. 109-135). Casa Editorial Maucci.
- Sevcenko, N. (1986). *O Renascimento*. Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Salum, L. K. P. (2024). *Lacan e a estrutura da cadeia significante*. Toro Editora.
- Tavares, M. J. F. (2009). A construção da imagem do poder do rei. In M. I. Val & P. M. Sopena (Orgs.), *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor*

*Julio Valdeón* (vol. 1, pp. 423-441). Consejería de Cultura y Turismo / Universidade Estadual de Campinas.

Tiago Ravanello, T., Machado, I. D., Martinez, M. C. & Nabarrete, M. S. N. (2016). Os caminhos da pesquisa psicanalítica: da epistemologia ao método. *Gerais: Revista Institucional de Psicologia* 9(1), 110-124. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202016000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000100009)

Trindade, L. (2002). *A casa corrente em Coimbra: dos finais da idade média aos inícios da época moderna*. Câmara Municipal de Coimbra.

Vorsatz, I. (2015). O sujeito da psicanálise e o sujeito da ciência: Descartes, Freud e Lacan. *Psicologia Clínica*, 27(2), 249-273. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v27n2/13.pdf>

Zomer, L. (2017). *História moderna*. Fael.